



A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO: uma análise do seu conceito na contemporaneidade

Marianna Andrade Tomaz¹

RESUMO: O presente artigo pretende fazer uma reflexão teórica acerca da Questão Social, uma das temáticas mais discutidas no Serviço Social, por ser esta objeto de formulação teórica, metodológica e política da profissão. Assim, por ser um assunto constantemente atual para os assistentes sociais, sendo eles em campo ou dedicados à academia, e por não haver um consenso em torno do seu conceito, este trabalho busca trazer ao debate algumas expressões da questão social na sociedade capitalista e o seu debate na contemporaneidade a partir dos principais autores que trabalham essa questão.

Palavras-Chave: Sociedade Capitalista, Questão Social, Serviço Social.

ABSTRACT: This article aims to make a theoretical reflection of Social Issues, one of the most discussed topics in social work, as this object of formulating theoretical, methodological and policy profession. Thus, by constantly being a current issue for social workers, they are dedicated to the field or in the gym, and there is no consensus about its concept, this paper seeks to bring to the debate a few expressions of social issues in capitalist society and its the contemporary debate from leading authors working that issue.

Key words: Capitalist Society, Social Issues, Social Service.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: marianna.tomaz@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende fazer uma reflexão teórica acerca da Questão Social, uma das temáticas mais discutidas no Serviço Social, por ser esta objeto de formulação teórica, metodológica e política da profissão. Assim, por ser um assunto constantemente atual para os assistentes sociais, sendo eles em campo ou dedicados à academia, e por não haver um consenso em torno do seu conceito, este trabalho busca trazer ao debate algumas expressões da questão social na sociedade capitalista e o seu debate na contemporaneidade a partir dos principais autores que trabalham essa questão.

O surgimento do Serviço Social como profissão institucionalizada está vinculado, desde o seu princípio, à questão social² oriundas da contradição entre capital e trabalho. A primeira expressão da questão social advém do pauperismo decorrente dos impactos da primeira onda industrializante (NETTO, 2001), passando a ganhar destaque particularmente, a partir do último quartel do século XIX, período em que o capitalismo experimenta profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômica, com incidência necessária na estrutura social e nas instâncias políticas das sociedades (NETTO, 1992).

Segundo Netto (1992), o desenvolvimento do capitalismo imperialista visava à urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através de controles de mercado. Juntamente a esse cenário, outros elementos típicos da monopolização também fazem seu ingresso: a supercapitalização que se caracteriza pela dificuldade de valorização do montante de capital acumulado, e o parasitismo da vida social da burguesia. É nesse contexto, que o Estado passa a atuar com o cioso guardião das condições externas da produção capitalista, direcionando-se para garantir os superlucros dos monopólios.

O Estado, então, nesse período agiria no sentido de propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e valorização do capital monopolista, assim, a preservação e controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente torna-se função estatal de primeira ordem. Para ganhar legitimidade diante das correlações de forças que se estabelece na contradição entre capital e trabalho, o Estado capturado pelo monopólio abre-se as demandas das classes subalternas, e passa a intervir nas sequelas da questão social, pondo-a como alvo de políticas sociais. Para Netto (1992, p. 30):

² Segundo Yamamoto (1998, p.27) "A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade".



Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da 'questão social' de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistema de consenso variáveis, mas operantes.

Dessa forma, compreendendo esta perspectiva que se pretende ao longo desse trabalho discutir o que se entende por questão social e quais são as suas tendências na contemporaneidade a fim de que possamos melhor intervir em suas expressões da questão social.

2 AS TENDÊNCIAS DA QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Para iniciarmos o debate acerca da questão social, é preciso compreendê-la em seu processo de desenvolvimento. Segundo Netto (2001), há cinco momentos historicamente importantes para compreender a questão social. Dessa maneira, a primeira delas é que a expressão “questão social” surge para dar conta do pauperismo decorrente dos impactos da primeira onda industrializante, a designação desse pauperismo relacionava-se diretamente aos seus desdobramentos sociopolíticos, pois desde a primeira década até a metade do século XIX seu protesto tomou as mais diversas formas numa perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa.

A partir da metade desse século, de acordo com a segunda nota do autor, a expressão “questão social” entra para o vocabulário do pensamento conservador, com o caráter de urgência para manutenção e a defesa da ordem burguesa, a questão social perde paulatinamente sua estrutura histórica determinada e é crescentemente naturalizada, tanto pelo pensamento conservador laico como no do confessional, no primeiro as manifestações da questão social eram vistas como características inelimináveis de toda e qualquer ordem social e para amenizá-las e reduzi-las era preciso uma intervenção política limitada, enquanto que para o segundo, a gravitação da questão social só era possível com uma exarcebação da vontade divina. Assim, para ambos, a questão social é objeto de ação moralizadora, o enfrentamento de suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve a propriedade privada dos meios de produção.

Em contrapartida, com a exploração da revolução de 1848, os ideais da classe trabalhadora passam de classe em si para classe para si, a questão social passa a ser vista como atrelada à sociedade burguesa e a supressão desta conduz a supressão daquela. A terceira nota destaca que foi apenas em 1867 com o livro “O capital”, de Karl Marx, que se produziu uma compreensão teórica acerca do processo de produção do capital, relevando a



anatomia da questão social. Para Marx a questão social seria determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital-trabalho, a exploração, fruto da sociabilidade erguida sob o comando do capital.

Na quarta nota Netto expõe que no período do Welfare State (1945-1970), período dos trinta anos gloriosos, a questão social e suas manifestações pareciam remeter-se ao passado, e apenas os marxistas insistiam em assinalar que as melhorias das condições de vida dos trabalhadores não alteravam a essência exploradora do capitalismo. Já a partir da década de 1970, com o esgotamento da onda longa expansiva, o capitalismo mostrou que não havia nenhum compromisso social, e a intelectualidade acadêmica descobriu uma nova questão social. Por fim, na última nota, Netto defende a tese de que não se trata de uma nova questão social uma vez que a emergência de novas expressões da questão social é decorrente da ordem do capitalismo.

Em consonância a esse pensamento, Iamamoto (2010) aponta que a questão social é indissociável da sociabilidade capitalista e que na sociedade burguesa a gênese da questão social deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana, esta condensaria então o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, tendo alcançado a plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche.

Para autora, a questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Destaca que foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para esfera pública exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos.

Também ressalta que a questão social não é um fenômeno recente, típico do esgotamento dos chamados trinta anos gloriosos da expansão do capitalismo, ao contrário, trata-se de uma “velha questão social” inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, mas que, na contemporaneidade, se re-produz sob novas mediações históricas e, ao mesmo tempo, assume inéditas expressões espraiadas em todas as dimensões da vida em sociedade.

A autora assinala que o processo de naturalização da questão social é acompanhada da transformação de suas manifestações em objeto de programas assistenciais focalizados no “combate à pobreza” e que uma dupla armadilha pode envolver



a análise da questão social, corre-se o risco, então, de cair na pulverização e fragmentação das questões sociais, atribuindo unilateralmente aos indivíduos a responsabilidade por suas dificuldades ou aprisionar a análise em um discurso genérico, que redundava em uma visão unívoca e indiferenciada da questão social. Por fim, aponta que na perspectiva por ela assumida, a questão social não se identifica com a noção de exclusão social, hoje generalizada, dotada de grande consenso nos meios acadêmicos e políticos.

No que diz respeito a temática da exclusão social, Yazbek (2001) privilegia a análise da pobreza e da exclusão social como algumas das resultantes da questão social que permeiam a vida das classes subalternas em nossa sociedade e com as quais os assistentes sociais se defrontam em sua prática profissional. A autora parte do debate acumulado no âmbito do Serviço Social que situa a questão social como elemento central na relação entre profissão e realidade ao colocá-la como referência para a ação profissional. Dessa maneira, inicia pontuando que pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade, expressando as relações vigentes na sociedade.

A pobreza seria uma face do descarte de mão de obra barata, que faz parte da expansão capitalista. Assim, segundo a autora, as sequelas da “questão social” expressas na pobreza, na exclusão e na subalternidade de grande parte dos brasileiros tornam-se alvo de ações solidárias e de filantropia revisitada, fazendo parte deste quadro à crônica crise das políticas sociais, seu reordenamento e sua subordinação às políticas de estabilização da economia, com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora. Yazbek (2001) faz referência a Telles quando esta aponta que no momento atual, despolitiza-se o reconhecimento da questão brasileira como expressão de relações de classe e neste sentido, desqualifica-a como questão pública, questão política, questão nacional, numa sociedade privatizada que desloca a pobreza para o “lugar de não política, onde é franqueada como um dado a ser administrado teoricamente ou gerado pelas práticas de filantropia”.

Yazbek finaliza assinalando que entende que a reprodução ampliada da questão social é reprodução das contradições sociais, que não há rupturas no cotidiano sem resistência, sem enfrentamentos e que se a intervenção profissional do assistente social circunscreve um terreno de disputa, é aí que está o desafio de sair da lentidão, de construir, reinventar mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas com o mundo público dos direitos e cidadania.



Em outra linha de pensamento em relação a questão social, Telles (1996) assinala que a questão social não se reduz ao reconhecimento da realidade bruta da pobreza e da miséria. A autora, citando os termos de Castel, aponta que a questão social é a aporia das sociedades que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos da eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação.

A aporia nos tempos correntes diria respeito também à disjunção entre as esperanças de um mundo que valha a pena ser vivido, inscritas nas reivindicações por direitos e o bloqueio de perspectivas de futuro para maiorias atingidas por uma modernidade selvagem que desestrutura formas de vida e faz da vulnerabilidade e da precariedade formas de existência, que tendem a se cristalizar como único destino possível. Dessa maneira, para Telles, a questão social é o ângulo pelo qual as sociedades podem ser descritas, lidas, problematizadas em sua história, seus dilemas e suas perspectivas de futuro.

Assim, para esta, discutir a questão social significa um modo de se problematizar alguns dos dilemas cruciais do cenário contemporâneo. Ela então ressalta que nos tempos atuais as conquistas sociais alcançadas estão sendo devastadas pela avalanche neoliberal no mundo inteiro, que a destituição dos direitos também significa a erosão das mediações políticas entre o mundo do trabalho e as esferas públicas e que estas, por isso mesmo, se descaracterizam como esferas de explicitação de conflitos e dissensos, de representação e de negociação sendo que é por via dessa destituição e dessa erosão dos direitos e das esferas de representação que se constrói esse consenso de que o mercado é o único e exclusivo princípio estruturador da sociedade e da política, que diante dos seus imperativos, nada há a fazer a não ser administrar tecnicamente suas exigências que a sociedade deve a ele se ajustar e que os indivíduos, agora desvencilhados das proteções tutelares dos direitos, podem finalmente provar suas energias e capacidades empreendedoras.

E por fim, se pergunta qual seria o lugar da questão social no cenário político brasileiro, pois, segundo ela, se a pobreza é (e sempre foi) espantosa e continua aumentando sob o efeito conjugado de recessão econômica, reestruturação produtiva e desmantelamento dos serviços públicos, o que impressiona é o modo como é figurada. Hoje no Brasil, nossa velha e persistente pobreza ganha contemporaneidade e ares de modernidade por conta dos novos excluídos pela reestruturação produtiva. Portanto, se a questão social é a aporia das sociedades modernas, é ela que nos dá a chave para



compreender essa espécie de esquizofrenia de que padece a sociedade brasileira, nas imagens fraturadas de si própria, entre uma “sociedade organizada” que promete modernidade e seu retrato em negativo feito de anomia, violência e atraso.

Para entender um pouco do debate francês a propósito da questão social, é preciso entender principalmente Robert Castel e Pierre Rosavallon (1998), maiores expoentes da literatura francesa sobre o tema. Robert Castel é um sociólogo e filósofo francês, em seu texto “As metamorfoses da questão social”, de 1998, faz uma análise das transformações históricas da sociedade capitalista, nesse texto o autor assinala que a “questão social” é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura.

É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência. Assim, para Castel, a questão social pode ser caracterizada por uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. A ameaça de ruptura é apresentada por grupos cuja existência abala a coesão do conjunto. O autor expõe que a gênese desta questão foi suscitada por um lado, pelo distanciamento do crescimento econômico e o aumento da pobreza, e por outro, pela ordem jurídico-política que reconhecia os direitos sociais dos cidadãos e uma ordem econômica que os negava.

A grande diferença da questão social na fase do capitalismo industrial seria o surgimento de novos atores e conflitos. Com a crise da década de 1970 e o abalo da sociedade salarial, as principais manifestações dessa nova questão social, reflexo do desemprego em massa e da precarização do trabalho, é o reaparecimento de trabalhadores sem trabalho, os inúteis para o mundo ou supranumerários, pessoas que não tem lugar na sociedade porque não são integradas. Dessa forma, Castel conclui que a profunda metamorfose da questão social é que enquanto anteriormente a necessidade era saber como um ator social subordinado e dependente poderia tornar-se um sujeito social pleno, hoje a questão é amenizar a presença destas populações postas à margem, torná-las discretas a ponto de apagá-las.

Numa mesma linha de pensamento, Rosavallon (1998) ressalta que as transformações contemporâneas decorrentes da crise da década de 1970, fez surgir uma nova questão social, visto que em suas análises dos sistemas seguradores, os benefícios do crescimento econômico e das conquistas das lutas sociais modificaram a vida dos trabalhadores e o Estado-providência quase conseguiu vencer a antiga insegurança social e vencer o medo do futuro. Assim, aponta que o crescimento do desemprego e o



aparecimento de novas formas de pobreza nos faz remeter a antigas formas de exploração e que o surgimento de uma nova questão social é traduzido pela inadaptação dos métodos antigos de gestão social.

Desse modo, a nova questão social se coloca a partir de novos fenômenos de exclusão social decorrentes da crise da década de 1970, crise que segundo Rosavallon apresenta três dimensões: uma financeira, uma vez que os gastos são maiores que o ingresso de recursos; uma ideológica, devido à falta de eficácia do Estado empresário para enfrentar as questões sociais; e uma filosófica, pela desintegração dos princípios que organizam a solidariedade e a concepção tradicional de direitos sociais. Logo, as políticas sociais impõem considerar os indivíduos em sua singularidade, sendo a meta dar a cada um os meios para que modifique a sua vida e, para tanto, é necessário, nesses novos tempos, a proposição de uma nova cultura política.

Para finalizar a discussão, Pereira (2001) assinala que não se tem uma clareza da existência real de uma “nova questão social”, questiona-se, além do adjetivo “nova”, a justeza do termo “questão” para designar problemas e necessidades sociais atuais, que apesar de dramáticos e globais, sem impõem sem problematizações de peso e, portanto, sem enfrentamentos à altura por parte de forças sociais estratégicas. Para Potyara estaríamos ainda diante de uma questão latente que apesar de inscrita na contradição fundamental do sistema capitalista, ainda não foi explicitada, pois por falta de forças sociais com efetivo poder de pressão para fazer incorporar na agenda pública problemas sociais, com vista ao seu decisivo enfrentamento, a autora entende que se tem pela frente não propriamente uma “questão social” explícita, mas uma incômoda e complicada “questão social” latente, cuja explicitação acaba por tornar-se o principal desafio das forças sociais progressistas.

3 CONCLUSÃO

A partir do debate realizado neste trabalho foi possível percebermos sob perspectivas diferentes o significado acerca da questão social, e o que podemos refletir diante desse processo é que independentemente de ser tratada como novas expressões da questão social ou como uma nova questão social, o relevante na contemporaneidade, especialmente para o Serviço Social cujo objeto de intervenção é a questão social, é problematizar, analisando as particularidades históricas, políticas e sociais de cada região, os problemas sociais decorrentes das novas configurações da sociedade capitalista, a fim



de que possamos trazer para o debate político com os diversos segmentos da sociedade, questionamentos para que assim possamos encontrar estratégias de enfrentamento a essa sociedade extremamente exploradora e desigual.

REFERÊNCIAS

CASTEL, R et al. **Desigualdade e a Questão Social**. 2º ed. São Paulo: EDUC, 2000.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário** (trad. Iraci D. Poleti). 8. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de Capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

PAULO NETTO, P. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

PEREIRA, P. A. P. **Questão Social, Serviço Social e Direitos da cidadania**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

TELLES, V. **Questão social: afinal do que se trata?** In: São Paulo em Perspectiva. Vol. 10 (4). SEADE: 1996.

ROSAVALLON, P. A. **A nova questão social (trad. Sérgio Bath)**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

YAZBEK, M. C. **Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.